

PROVAS REALIZADAS

Delegado de Polícia – 2001

Bahia

Prova Preambular

01. Em relação à jurisdição constitucional podemos afirmar que o Brasil adota:

A) Um sistema de defesa da constituição que confere ao STF o status de Corte Constitucional incumbida da solução de conflitos constitucionais, fundado no critério de controle concentrado.

B) Um sistema misto que se caracteriza pela adoção do critério de controle difuso ao lado do controle concentrado, por via de ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, quando este último agredir princípio constitucional fundamental.

C) Um sistema de controle concentrado que afasta o exercício da jurisdição provocada por medidas destinadas à defesa de direitos fundamentais individuais.

D) Um sistema que combina critério de controle difuso, por via de defesa, com critério de controle concentrado, por via de ação direta de inconstitucionalidade, ação de inconstitucionalidade por omissão, ação declaratória de constitucionalidade.

E) Um sistema que privilegia a jurisdição constitucional sem controle concentrado de constitucionalidade, por ser como objetivo principal a decisão do caso concreto.

02. Em matéria de repartição de competências é lícito afirmar que:

A) A Constituição Federal adota o sistema que se fundamenta na técnica de enumeração de poderes da União, poderes definidos indicativamente para os Estados e poderes remanescentes para os Municípios.

B) A Constituição Federal admite a possibilidade de delegação de competências privativas, prevê áreas de competência comum entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios e setores recorrentes entre União, Estados e Municípios e setores concorrentes entre União, Estados e Municípios com prevalência das normas estaduais sobre dos demais entes, em atenção ao princípio federativo.

C) O conflito entre normas da União e dos Estados é solucionado por via de ação direta de inconstitucionalidade.

D) Quando se trata de áreas de competência concorrentes, a competência da União para legislar sobre normais gerais exclui a competência suplementar dos Estados.

E) Existem áreas de competência comum entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, podendo estes últimos complementar a legislação estadual em assunto de interesse local, excluída sua competência para complementar a legislação federal.

03. Com referência ao processo legislativo e correto afirmar que:

A) A discussão e votação de projetos de lei de iniciativa do STF terão início no Senado Federal.

B) São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos territórios.

C) A discussão e votação de projetos de lei de iniciativa do Presidente da República terão início na Câmara dos Deputados.

D) Remetido o projeto de lei para sanção, considerado esse total ou parcialmente inconstitucional ou contrário ao interesse público o Presidente da República vetá-lo-á no todo ou em parte e comunicará ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.

E) A matéria constante do projeto de lei somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma legislatura, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

04. Quanto ao que dispõe a Constituição Federal, no Título referente aos Direitos e Garantias Fundamentais, é correto afirmar:

A) Direitos sociais inserem-se entre os direitos fundamentais da pessoa e caracterizam-se como prestações estatais positivas, enunciadas em normas constitucionais.

B) A associação profissional é a sindical constituem, ambas associações profissionais; diferem porque a sindical desfruta de prerrogativas especiais, tais como, defender os direitos e interesses coletivos e individuais da categoria, até em questões judiciais e administrativas e a associação puramente profissional destina-se a finalidade de estudo e coordenação dos interesses econômicos de seus associados.

C) A Constituição Federal adotou a unidade sindical que consiste na possibilidade de criação de um só sindicato para cada categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que não pode ser inferior a uma região metropolitana.

D) A Constituição Federal adotou a pluralidade sindical que permite a criação de vários sindicatos para uma mesma categoria profissional ou econômica, desde que em bases territoriais distintas, não inferiores a um distritos.

E) A Constituição Federal assegura o direito de greve sem subordinação a previsão em lei e sem limitações quanto a natureza da atividade ou serviço, inclusive aqueles consideradas essenciais, seja para os trabalhadores da iniciativa privada, seja para os do setor público.

05. O direito à segurança em matéria penal vem protegido pelas garantias constitucionais de:

A) Anterioridade da lei penal, inviolabilidade de domicílio, devido processo legal.

- B) Inexistência de juízo ou tribunal de exceção, juiz competente, individualização da pena.
- C) Vedação e punição da tortura, vedação à instituição de tributo com efeito confiscatório, personalização da pena.
- D) Moralidade e publicidade, irretroatividade da lei, juiz natural.
- E) Comunicabilidade da prisão, incomunicabilidade do preso, não ultratividade da lei penal.

06. Indique o(s) remédio(s) constitucional(is) adequado(s) para anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente, ao patrimônio histórico e cultural:

- A) Mandado de injunção coletivo, que se configura um remédio coletivo para se obter um provimento que assegure o exercício de direitos e liberdades inertes à mingua de norma regulamentadora de proteção.
- B) Mandado de segurança coletivo, que deve ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional.
- C) Ação popular, que se manifesta como garantia político constitucional e visa à tutela de interesses da coletividade.
- D) Ação civil pública que enseja a recomposição do Erário pela conduta danosa.
- E) Habeas data, previsto como garantia constitucional por meio do qual se obtém a retificação dos dados junto às entidades governamentais que praticaram o ato lesivo.

07. Para assegurar o bem estar e justiça sociais, alçados com base da ordem social, a Constituição Federal estabelece, de um lado, que a família deve gozar de especial proteção do Estado e, de outro, imputa-lhe o dever de assegurar à criança e ao adolescente direitos fundamentais, para o que:

- A) Reconhece com entidade familiar a comunidade formada por ambos os pais e seus descendentes.
- B) Impõe ao Estado o dever de promover programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais.
- C) Reconhece a igualdade de direitos e qualificações aos filhos havidos ou não da relação conjugal, ou por adoção.
- D) Proíbe a adoção de crianças brasileiras por estrangeiros.
- E) Contém normas específicas sobre direitos trabalhistas e previdenciários que atingem a criança e o adolescente.

08. Do princípio da continuidade do serviço público decorrem conseqüências importantes, tais como:

- A) A proibição de greve nos serviços públicos.
- B) A impossibilidade, para quem contrata com a administração de invocar a exceptio non adimpleti contractus nos contratos que tenham por objeto a execução do serviço público.

C) A faculdade que se reconhece a administração de utilizar os equipamentos e instalações da empresa que com ela contrata, para assegurar a continuidade do serviço.

D) A possibilidade de encampação da concessão de serviço público.

E) A necessidade de institutos com a suplência, a delegação e a substituição para preencher as funções públicas temporariamente vagas.

09. Ao apreender mercadorias, a Administração Pública pratica o ato com apoio no(s) princípio(s) de:

A) tipicidade.

B) publicidade.

C) impessoalidade.

D) auto-executoriedade.

E) Arbitrariedade.

10. Assinale a(s) alternativa(s) correta(s):

A) Anulação é a supressão de um ato administrativo legítimo e eficaz, realizado pela Administração (ou pelo Poder Judiciário) por não mais lhe convir sua existência.

B) O conceito de ilegalidade ou ilegitimidade do ato administrativo abrange não só a clara infringência ao texto como, também, o abuso, por excesso ou desvio de poder, ou por rejeição dos princípios gerais do Direito.

C) Irregularidades formais, mesmo que irrelevantes por sua natureza, anulam o ato administrativo que já direito subjetivo para terceiro.

D) Os efeitos da revogação dos atos administrativos retroagem às suas origens, invalidando as conseqüências passadas, presentes e futuras do ato revogado.

E) Nenhuma das alternativas está correta.

11. O ato negocial, unilateral, discricionário e precário através do qual a Administração faculta ao particular a utilização individual de determinado bem público é definição de:

A) enfiteuse.

B) cessão de uso.

C) uso especial.

D) autorização de uso.

E) concessão de uso.

12. A respeito de poderes administrativos, é correto afirmar:

- A) Poder hierárquico é a faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores.
- B) O poder hierárquico tem por objetivo ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas.
- C) Em nosso sistema constitucional, a delegação de poderes, competências e atribuições atinge amplitude total, admitindo-se delegação de atribuições de um Poder a outro.
- D) No âmbito administrativo, a delegação não pode ser recusada pelo inferior hierárquico.
- E) O poder de polícia administrativa, prerrogativa exclusiva da Polícia Civil, objetiva o combate aos crimes cometidos por servidores públicos.

13. A prescrição:

- A) não ocorre enquanto o criminoso estiver fora do país.
- B) é reduzida da metade quando o agente era menor de 21 anos na época do delito.
- C) tem seu curso interrompido pelo oferecimento da denúncia.
- D) opera-se em dois anos quando se tratar de crime apenado com multa.
- E) é contada pela soma das penas, quando o agente pratica vários crimes em concurso.

14. Analisando os princípios de direito penal na Constituição, podemos afirmar que:

- A) são proibidas as penas perpétuas, não havendo crimes imprescritíveis.
- B) a presunção de inocência não exclui a prisão cautelar.
- C) somente um plebiscito poderá autorizar a pena de morte.
- D) a lei penal nunca poderá retroagir, salvo para beneficiar.
- E) o indulto pode abranger quaisquer crimes, todavia somente o Presidente da República poderá concedê-lo.

15. É efeito da condenação:

- A) a perda do produto do crime para a União.
- B) a perda do produto do crime para o Estado onde foi cometida a infração.
- C) a obrigação de indenizar a vítima.
- D) a perda dos instrumentos do crime desde que esses sejam coisas cujo fabrico ou posse sejam ilícitos.

E) A incapacidade para o exercício do pátrio poder, nos crimes cometidos contra filho, desde que declarado tal efeito na sentença condenatória.

16. Nos crimes culposos:

A) é impossível a co-autoria.

B) nem sempre é exigível o nexo de causalidade.

C) não incide arrependimento eficaz.

D) não tem aplicação a desistência voluntária.

E) é impossível a autoria colateral.

17. Três agentes estão mantendo pessoa seqüestrada. O seqüestro já dura meses.

A) Havendo mudança de lei penal para outra mais gravosa durante a execução do delito, incide a norma mais grave.

B) Havendo mudança da lei penal para outra menos gravosa durante a execução do delito, incide a norma mais grave, que foi aquela violada no início da ação.

C) A prescrição corre do início da ação delitiva.

D) É impossível a prisão em flagrante em qualquer momento da ação.

E) Se uma Quarta pessoa adere ao grupo de seqüestradores depois que a vítima já está subjugada e no cárcere responde também pelo crime consumado.

18. Conforme disciplina do ECA:

A) tratando-se de ato infracional, todas as medidas investigatórias serão tomadas pelo MP.

B) é impossível a apreensão em flagrante de adolescente, que ficará custodiado quando se tratar de ato infracional cometido com violência ou grave ameaça à pessoa.

C) os adolescentes são aqueles que possuem entre quatorze e dezoito anos.

D) o ato infracional cometido por adolescente aos dezesseis anos só enseja a adoção de medidas até os dezoito anos de idade, ocasião em que este passa a ser imputável.

E) a autoridade policial que divulgar à imprensa a identidade do adolescentes infrator comete crime.

19. Para a caracterização de roubo em concurso de agentes e com emprego de arma:

A) é imprescindível a apreensão da arma.

B) é irrelevante que um dos agentes seja menor.

- C) é irrelevante que um dos agentes seja completamente inimputável por deficiência mental.
- D) é imprescindível a identificação de ao menos dois dos agentes.
- E) é irrelevante que apenas um dos agentes tenha anunciado o delito, permanecendo o outro de vigia.

20. É (são) crime(s) inafiançável(is):

- A) o tráfico de entorpecentes.
- B) o homicídio, em qualquer das suas formas.
- C) o estupro e a sedução de menores.
- D) o porte de arma de uso exclusivo das Forças Armadas.
- E) a apologia ao crime.

21. Com referência aos crimes contra o patrimônio:

- A) quem os comete em prejuízo do irmão é isento de pena.
- B) quem os comete em prejuízo do cônjuge durante a sociedade conjugal é isento de pena, estendendo-se a isenção ao co-autor devido ao princípio da igualdade.
- C) quem os comete contra cônjuge separado judicialmente não está isento de pena, contudo é necessário a representação da vítima.
- D) quem os comete em prejuízo de ascendente é isento de pena, mesmo que o parentesco tenha se originado de adoção.
- E) havendo emprego de grave ameaça ou violência, não há isenção nem se exige representação.

22. O crime de quadrilha ou bando:

- A) é permanente.
- B) não exige a prática efetiva dos crimes, bastando a associação.
- C) requer mais de três pessoas para a sua configuração, sendo que todas elas devem ser imputáveis.
- D) exige sempre a posse de armas.
- E) exige que ao menos três dos integrantes pratiquem os atos executórios dos crimes.

23. Tício envia carta-bomba da cidade A para a cidade B. O destinatário recebe a mesma trinta dias depois, falecendo ao abri-la.

- A) O crime se considera praticado em na cidade A ou na cidade B.

- B) O crime se considera praticado somente na cidade A.
- C) O crime se considera praticado somente na cidade B.
- D) Quanto ao tempo do crime, há que se considerar o momento em que a carta foi enviada, submetendo-se o agente à lei vigente nesse momento.
- E) Quanto ao tempo do crime, há que se considerar o momento em que a carta-bomba explodiu, submetendo-se o agente à lei vigente nesse momento.

24. A embriaguez:

- A) não isenta o autor do crime, salvo se for culposa.
- B) isenta o autor do crime quando for completa e culposa.
- C) é atenuante.
- D) agrava o delito quando o agente se embriaga para cometê-lo.
- E) isenta o autor do crime quando for completa e produzida por motivo de força maior.

25. O abuso de autoridade:

- A) é crime militar quando praticado por policial militar.
- B) é crime cuja ação penal está condicionada à representação da vítima.
- C) exclui a punição por condutas previstas no CP, tendo em vista o princípio da especialidade.
- D) também pode ser praticado por quem exerça função pública em caráter transitório e sem remuneração.
- E) pode ser praticado na forma omissiva.

26. É (são) crime(s) contra a criança e o adolescente:

- A) deixar a autoridade policial responsável pela apreensão de criança de fazer imediata comunicação à autoridade judiciária competente.
- B) embaraçar a ação de membro do conselho Tutelar no exercício de função prevista no ECA.
- C) divulgar, sem autorização, documento de procedimento policial relativo a adolescente ao qual se atribua a prática de ato infracional.
- D) vender ao adolescente fita de vídeo em desacordo com a classificação do órgão competente.
- E) descumprir, sem justa causa, prazo fixado no ECA em benefício do adolescente privado de liberdade.

27. Três agentes praticam roubo a um supermercado, todos armados. Um deles fica de vigia junto à entrada. Os demais vão ao interior da loja onde, durante a prática do roubo, atiram no gerente, fugindo sem efetuarem a subtração de qualquer bem. O gerente baleado fica internado e falece trinta dias depois, vítima de infecção hospitalar.

- A) há crime de latrocínio tentado, pois não se consumou a subtração.
- B) não há crime de latrocínio, pois a morte da vítima ocorreu em virtude de causa absolutamente independente da ação dos roubadores, faltando nexos causal.
- C) o roubo que ficou na condição de vigia responde apenas por roubo tentado.
- D) há crime de latrocínio consumado, que se considera praticado no dia da ação, ainda que a morte da vítima tenha ocorrido trinta dias depois.
- E) todos os agentes respondem pelo latrocínio.

28. Apresentando-se na delegacia um adolescente, trazendo um suposto ladrão por ele preso, deve a autoridade policial.

- A) relaxar o flagrante, pois o adolescente é incapaz juridicamente, logo não poderá efetuar prisão.
- B) autuar o adolescente e apresentá-lo ao MP, pois ele usurpou atribuição exclusiva da autoridade policial, praticando assim ato infracional.
- C) ouvir outras testemunhas do crime. Se essas não existirem, será impossível a prisão em flagrante.
- D) apreender os instrumentos e o produto do crime.
- E) ouvir o adolescente e eventuais testemunhas, interrogando o acusado sobre a imputação, lavrando auto.

29. Verificando que, no interior de uma residência, encontra-se um indivíduo portando armas de uso restrito do Exército, a autoridade policial.

- A) deverá autuá-lo em flagrante delito, apreendendo as armas e conduzindo o infrator à disposição do Exército.
- B) deverá representar ao Juiz para a expedição de mandado de busca e apreensão e prisão a ser cumprido na mencionada residência.
- C) poderá adentrar na residência sem mandado, autuando o agente e apreendendo as armas.
- D) poderá adentrar na residência, mas apenas se esta for a casa do infrator, pois se a casa for de terceiros deve pedir ordem judicial.
- E) poderá empregar a força, inclusive com arrombamento, se necessário for, para realizar a prisão.

30. No curso de Inquérito Policial que apura homicídio qualificado, a autoridade policial que o preside verifica que o investigado está em vias de fugir para outro Estado. Em tal situação:

- A) pode postular sua prisão preventiva.
- B) não pode postular qualquer prisão se o inquérito policial não estiver relatado.
- C) não pode postular a prisão do investigado se este ainda não tiver sido formalmente indiciado.
- D) pode prendê-lo por até 24 horas, solicitando imediatamente ao Juiz mandado de prisão.
- E) pode postular, no lugar da prisão preventiva, a prisão temporária do investigado, havendo diligências importantes a realizar.

31. Comparece o investigado ao Distrito Policial e formula requerimento de diligência no curso do inquérito policial. Nesse caso:

- A) a autoridade policial deverá determinar a realização da diligência, tendo em vista que esta se tornou obrigatória com o advento da CF/88, que consagrou o princípio da ampla defesa.
- B) tratando-se de prova testemunhal, a autoridade não poderá deixar de atender o requerimento.
- C) a autoridade determinará a realização da diligência caso entenda conveniente à investigação que preside.
- D) o requerimento deve ser submetido à apreciação do Promotor de Justiça.
- E) se o requerimento for realizado por advogado, torna-se obrigatória a realização da diligência.

32. Indivíduo preso em flagrante recusa-se a fornecer maiores dados sobre sua qualificação. Não porta documentos e diz chamar-se José da Silva. Nestas circunstâncias, a autoridade.

- A) deve proceder à identificação datiloscópica do mesmo.
- B) deve levantar sua identidade por outros meios, pois é proibida pela Constituição a identificação datiloscópica.
- C) deve representar ao Juiz Corregedor para que autorize a identificação datiloscópica.
- D) não pode lavrar o auto de prisão em flagrante, tendo em vista a falta de qualificação do preso.
- E) deve diligenciar em qualquer caso para averiguar a vida pregressa do autuado, bem como quaisquer outros elementos que contribuam para apreciação de seu temperamento e caráter.

33. Quanto aos crimes que se processam mediante ação penal de iniciativa privada:

- A) o inquérito policial será instaurado após a representação do ofendido.
- B) o inquérito será instaurado independentemente de solicitação do ofendido.

C) é possível a prisão em flagrante.

D) o MP não terá acesso aos autos.

E) os autos deverão ser concluídos nos mesmos prazos dos inquéritos que apuram os crimes que se processam por ação penal pública incondicionada.

34. Sobre a disciplina da prova no CPP, podemos dizer que:

A) o legislador adotou o princípio da verdade real, com algumas restrições.

B) a confissão é a prova mais valiosa, pois é produzida pelo próprio investigado em seu desfavor.

C) não é possível a condenação somente com base em indícios.

D) todas as provas são relativas, mas o estado das pessoas deve ser provado segundo as disposições da lei civil.

E) O álibi deve ser provado pelo indiciado/réu.

35. A fiança:

A) deve ser arbitrada sempre pelo juiz.

B) É incabível nos crimes punidos com reclusão.

C) deve ser arbitrada pela autoridade policial após a manifestação do MP, que é o titular da ação.

D) no caso de preso que é reincidente, é vedada.

E) é, em regra, obrigatória, devendo ser arbitrada sempre que não existirem óbices legais, não se tratando de faculdade das autoridades.

36. A busca e apreensão domiciliar:

A) pode ser realizada à noite apenas com a concordância do morador.

B) requer ordem judicial, salvo hipótese de flagrante delito.

C) tem por objeto certo; então, se é realizada para prender alguém, não pode apreender objetos ilícitos que não estejam relacionados com o inquérito onde a diligência é efetuada.

D) exige a lavratura de auto circunstanciado quando for bem sucedida, sendo dispensado tal auto se nada for encontrado no local.

E) não pode apreender nenhum documento em poder do defensor do réu, salvo quando constituir elemento de corpo de delito.

37. Quanto aos poderes de que se acha investida a autoridade policial e sua limitação no espaço:

A) devem ser observados os limites do Estado-membro, sendo vedado perseguir criminosos em outro

Estado sem autorização do Juiz Corregedor, tendo em vista o princípio da autonomia dos Estados na Federação do Brasil.

B) a autoridade policial pode prender em flagrante delito qualquer criminoso, ainda que fora de sua área de atuação.

C) não existe o instituto da competência quando se trata da atividade policial; daí, as diligências realizadas em área de atuação de outra autoridade não invalidam o inquérito.

D) as cartas precatórias vindas das autoridades policial de outro Estado-membro serão cumpridas somente se a autoridade destinatária considerar pertinente(s) a(s) diligência(s).

E) a autoridade policial pode exigir que a testemunha de outro Estado-membro deponha em sua presença ou determinar sua oitiva mediante carta precatória.

38. A representação:

A) é irretroatável depois de oferecida à autoridade policial.

B) Não pode ser exercida por procuração, pois é ato personalíssimo.

C) Deve ser exercida pelo ofendido dentro de seis meses contados do dia em que ele vier a saber quem é o autor do crime.

D) Também pode ser oferecida ao Juiz ou ao Promotor.

E) Será exercida por curador nomeado quando for menor o ofendido, e seus interesses estiverem em conflito com o de seus genitores/responsáveis.

39. O MS, em matéria criminal:

A) pode ser impetrado pelo MP em face de ato da autoridade policial, sem prejuízo de sanções disciplinares e penais contra a mesma.

B) não pode ser impetrado por advogado contra a autoridade policial, devendo ser utilizado o habeas corpus.

C) suspende o curso do inquérito policial quando impetrado contra a autoridade policial até a data em que esta preste as informações requisitadas.

D) não se presta à discussão de provas.

E) não pode ser impetrado contra omissões da autoridade policial.

40. O HC:

A) pode ser impetrado contra atos do Juiz, do Promotor e do Delegado.

B) deve ser impetrado por advogado, pois este é indispensável a administração da Justiça.

C) pressupõe a ocorrência de uma violação à liberdade de locomoção.

D) pode ser impetrado contra ações ou omissões da autoridade.

E) pode ser impetrado contra a autoridade policial; todavia, quando esta cumpre requisição do MP, a autoridade coatora é o Promotor de Justiça.

41. A interceptação telefônica:

A) pode ser efetuada para investigar qualquer delito, todavia exige ordem judicial.

B) pressupõe pedido do MP ou do Delegado devidamente fundamentado, sendo vedado o pedido verbal.

C) ocorrerá em autos apartados ao inquérito ou processo.

D) é inadmissível se o fato apurado puder ser provado por outros meios.

E) é equiparada à interceptação do fluxo de comunicação em sistemas de informática e telemática.

42. Quanto ao exame de corpo de delito, é correto afirmar:

A) Será sempre realizada por dois peritos oficiais.

B) Será dispensada a autópsia quando ocorrer morte violenta e não houver infração penal a apurar.

C) Será dispensada a autópsia se o exame das lesões externas permitirem precisar a causa da morte.

D) Se desaparecerem os vestígios e não for possível o exame de corpo de delito, este poderá ser efetuado de forma indireta, ou suprido pela prova testemunhal.

E) A autoridade policial não poderá formular quesitos, uma vez que a realização do exame de corpo de delito é atribuição exclusiva dos peritos.

43. Em Medicina Legal, são conceitos relativos à identificação e à identidade:

A) Cor do cabelo, cor da pele e cor dos olhos são caracteres antroposcópicos de identificação.

B) Estatura, perímetro cefálico e peso são caracteres antropométricos de identificação.

C) Antropologia é a ciência da identificação humana e animal.

D) Na fórmula datiloscópica, têm-se uma fração na qual o numerador representa a mão esquerda e o denominador a mão direita.

E) Identidade subjetiva é a noção que os outros têm de você, e objetiva é a noção que você tem em relação aos outros.

44. Quanto aos aspectos médico-legais do casamento:

A) O grau de parentesco entre os nubentes é um impedimento proibido ou impediante.

- B) Os impedimentos dirimentes absolutos ou públicos tornam o casamento anulável.
- C) Incapacidade de consentir e idade são impedimentos dirimentes relativos ou privados.
- D) Após o casamento, a esposa descobre que seu marido tem impotência generandi e que ele ocultou o fato. Por tratar-se de defeito físico irremediável, pode ela requerer a anulação do casamento.
- E) Uma garota de 15 anos casa, sem o consentimento de seus pais. Três meses após o casamento, e estando grávida, seus pais descobrem o fato e querem a anulação do casamento. O mesmo é anulável pois a lei proíbe o casamento de mulheres menores de 16 anos.

45. Nos processos de identificação:

- A) A presença de "delta" define as figuras padrões de Vucetich e na presilha interna o delta está à direita do observador.
- B) A relação entre impressão digital e figura datiloscópica de um indivíduo é que as duas são iguais, porém uma é a imagem da outra.
- C) São figuras padrões de Vucetich: o arco, as presilhas internas e externa, o verticiclo e o encerro.
- D) Os ossos são elementos importantes na identificação do sexo, da idade e até mesmo da profissão do indivíduo.
- E) Palatoscopia, albadactiloscopia e porosscopia não servem como elementos de identificação.

46. Em sexologia forense:

- A) Bordo himenal em cicatrização e presença de espermatozoides intravaginal são indicativos de conjunção carnal recente.
- B) A interrupção da gravidez, com morte fetal após o nascimento, configura aborto inevitável.
- C) Uma gestante é internada correndo real e iminente perigo de vida em função da gestação. O médico, sem pedir seu consentimento ou da família, realiza o aborto necessário, que salva a vida da gestante. Nesse caso, o marido pode denunciar o médico, à autoridade competente, pela prática de aborto não consentido.
- D) O aborto, em medicina legal, pode ocorrer em qualquer fase da gestação, antes do parto.
- E) A violência, em sexologia, decorre de superioridade física, numérica ou psíquica.

47. Para a Medicina Legal:

- A) Puerpério é um período típico durante o qual a mulher se refaz das alterações ocorridas em seu organismo, devido a gravidez e o parto.
- B) A duração média de uma gestação é 280 dias. Sua duração mínima é de 180 dias e a máxima de 300 dias.
- C) Para tipificar o infanticídio é dispensável a comprovação do nascimento com vida.

D) Pseudociese é uma gravidez inexistente.

E) A relação sexual normal com uma mulher, contra a sua vontade, é estupro independente da idade.

48. Em traumatologia:

A) Os sinais de Chambert e de Christinson estão associados à classificação das queimaduras quanto aos seus graus.

B) Bordos invertidos, sangramento, áreas de contusão e zona de enxugo, não definem os orifícios de entrada de um projétil.

C) A máscara equimótica, manchas de Paultaff, fratura do osso hióide, estão relacionados com as asfixias diretas.

D) Nas lesões transfixantes por arma de fogo, os orifícios de entrada e de saída são semelhantes e somente diferem quanto ao ângulo de incidência.

E) São asfixias ativas por constrição do pescoço o enforcamento, a esganadura e a sufocação.

49. Em lesões corporais:

A) Bordos lisos e nítidos, sangramento e afastados, e a presença de cauda, são características de feridas incisas.

B) Bisturi, gilete, estilete e guilhotina são exemplos de instrumentos cortantes.

C) Uma mesma lesão pode ser provocada por vários tipos de agentes, e um mesmo agente pode provocar diversos tipos de lesões.

D) Esgorjamento, decapitação e degola são sinônimos e são produzidos por instrumentos corto-contusos.

E) As lesões em fundo cego ou em dedo de luva são produzidos por instrumentos puntiformes ou perfurantes.

50. Em tanatologia:

A) Midríases, vitriolagem, arreflexia e insensibilidade são sinais imediatos da morte.

B) As docimásias podem ser: ótica (de Boucht), histológica (de Balthazar

D) e radiológica (pulmonar). Elas indicam a presença de vida anterior à morte do natimorto.

C) Autólise, putrefação e mumificação são fenômenos transformativos característicos pelas destruição do corpo após a morte.

D) Rigidez cadavérica e espasmo cadavérico, são fenômenos que só acontecem nas mortes por asfixia e por arma de fogo respectivamente.

E) Juridicamente as mortes são violentas e não violentas. As mortes suspeitas são exclusivamente o homicídio e o suicídio.

51. Na psiquiatria forense:

A) A presença de 0,4 dg/l numa dose de alcoolemia indica que o examinado não está e nem esteve sob influência de estado alcoólico no momento da ocorrência.

B) Coprolalia é a compulsividade do uso de expressões obscenas.

C) A capacidade de consentir está diretamente relacionada com o Q.I. do indivíduo.

D) Riparofilia consiste em atração erótica por pessoas sujas e/ou desaseadas.

E) A imputatividade é a capacidade civil independentem do desenvolvimento mental, da inteligência ou da vontade do indivíduo.

52. A nulidade absoluta e a relativa apresentam os seguintes caracteres:

A) a nulidade absoluta é decreta no interesse de um grupo de pessoas, enquanto a relativa é pronunciada, visando ao interesse do prejudicado .

B) a nulidade absoluta pode, em certos casos, prescrever, já a relativa é prescritível.

C) a nulidade absoluta é imprescritível, já a relativa prescreve em 20 anos.

D) a nulidade absoluta pode ser argüida pelo MP.

E) a nulidade relativa é decreta no interesse de um grupo de pessoas, sendo insuscetível de convalescimento.

53. José, conduzindo veículo escolar, de sua propriedade, em rua de mão única, foi surpreendido por um caminhão desgovernado em sua direção, obrigando-o, para evitar a morte pelo abalroamento, a efetuar brusca manobra, atingindo e danificando uma farmácia. Neste caso, pode-se afirmar:

A) José será responsabilizado perante o dono da farmácia pelo prejuízos causados, em razão da prática de ato ilícito.

B) José poderá responsabilizar o condutor do caminhão pela prática de ato ilícito.

C) José poderá ser responsabilizado pelo dono da farmácia pelo prejuízos materiais causados, em decorrência da prática de ato ilícito, não cabendo qualquer excludente.

D) José poderá ser acionado pelo dono da farmácia, podendo argüir em seu favor excludente de antijuridicidade, consubstanciada no exercício regular de um direito.

E) José poderá ser acionado pelo dono da farmácia, podendo argüir em seu favor excludente de ilicitude, consubstanciada no estado de necessidade.

54. São absolutamente incapazes civilmente:

- A) os ausentes.
- B) Os silvícolas.
- C) Os pródigos.
- D) Os menores de 16 anos.
- E) Os menores de 18 anos.

55. São causas interruptivas da prescrição:

- A) qualquer ato que constitua em mora o devedor.
- B) Protesto não cambiário.
- C) Qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito do devedor.
- D) Pendência de ação de evicção.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores.

56. Pode-se afirmar, acerca da fraude contra credores:

- A) consiste em defeito do negócio jurídico, acarretando a anulabilidade do ato praticado.
- B) consiste em defeito do negócio jurídico, acarretando a nulidade do ato praticado.
- C) consiste em defeito do negócio jurídico, atacável por ação revocatória.
- D) consiste em defeito do negócio jurídico, atacável por ação revocatória, desde que o crédito do autor seja posterior ao ato fraudulento.
- E) não consiste em defeito do negócio jurídico, porque acarretando a nulidade do ato praticado.

57. É correto afirmar:

- A) O incapaz não pode confessar nem mesmo por seu representante legal, mas os maiores de 16 anos poderão testemunhar.
- B) O incapaz pode confessar por seu representante legal, mas não poderá testemunhar.
- C) Indício significa dizer presunção.
- D) A presunção relativa admite prova em contrário.
- E) Os cegos e surdos não podem testemunhar.

58. Condição resolutiva vem a ser:

A) elemento acidental do negócio jurídico.

B) condição que subordina a eficácia do negócio jurídico a um evento futuro e incerto.

C) condição que subordina a ineficácia do negócio jurídico a um evento futuro e incerto.

D) condição que subordina a ineficácia do negócio jurídico a um evento futuro e certo.

E) Condição que, uma vez verificada, pode originar a extinção do direito a que ela se opõe.

59. É falso.

A) o domicílio do incapaz é o de seus representantes legais.

B) o domicílio do funcionário público é o lugar onde exerce sua função permanentemente.

C) o domicílio da pessoa natural que tiver diversas residências, onde alternadamente viva, ou vários centros de ocupações, será o da residência ou ocupação onde permaneça por mais de três dias semanais.

D) o domicílio da pessoa natural que emprega sua vida em viagens, ou não tenha residência habitual é onde permaneça por mais tempo.

E) o domicílio é a residência fixa da pessoa natural e a sede da pessoa jurídica.

60. Afirmar-se, acerca de prescrição e decadência:

A) não há prescrição aquisitiva, vez que se constitui uma perda do direito de ação.

B) a prescrição pode ser suspensa ou interrompida; o mesmo não ocorre com a decadência.

C) a prescrição pode ser interrompida e a decadência suspensa.

D) a prescrição e a decadência podem ser renunciadas pelas partes.

E) O prazo de decadência pode ser estabelecido por lei ou pela vontade das partes; já o prescricional é fixado por lei.

Gabarito

	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
A)	E	E	E	C	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	C
B)	E	E	C	C	C	C	C	C	E	C	E	C	C	C	E
C)	E	E	C	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E
D)	C	E	C	E	E	E	E	E	C	E	E	C	C	C	C
E)	E	E	C	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	C
	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A)	E	C	E	E	C	E	C	C	E	E	C	E	E	E	C
B)	E	E	C	C	E	C	C	E	E	E	C	E	E	C	E
C)	C	E	E	C	E	E	E	E	E	E	E	E	E	C	E
D)	E	E	E	E	E	C	E	C	C	C	E	C	C	E	E
E)	C	C	E	C	E	C	E	E	C	C	C	C	C	E	C
	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
A)	E	C	C	C	E	C	E	E	C	C	E	E	C	E	C
B)	E	E	E	E	E	C	C	E	E	E	E	C	C	E	C
C)	C	E	C	E	E	E	C	C	E	E	C	C	E	C	E
D)	E	E	E	C	C	E	E	C	C	C	C	C	E	E	C
E)	E	C	C	C	C	C	E	C	C	C	C	E	E	E	E
	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
A)	C	C	C	C	E	E	E	E	C	C	C	C	C	E	E
B)	E	C	E	C	E	C	C	C	E	C	E	E	E	E	C
C)	E	E	C	C	E	C	E	E	E	C	C	E	C	C	E
D)	C	C	E	E	E	C	C	E	C	E	E	C	E	C	E
E)	C	C	E	C	E	E	E	C	E	E	E	E	C	C	C